

Artigo

A sustentação das funções constituintes no processo de subjetivação de bebês em acolhimento institucional

Ketlin Forgiarini

Resumo. Este estudo de revisão teórica busca refletir acerca da subjetivação de bebês inseridos no acolhimento institucional e discutir sobre a sustentação das funções constituintes pelo cuidador no acolhimento. Inicialmente, realiza-se uma contextualização histórica do atendimento voltado à criança no Brasil, ressaltando seu viés assistencialista e institucionalizante. Em seguida, discute-se acerca da subjetivação do bebê e a importância das funções constituintes neste processo, salientando os riscos que podem advir quando este laço não se faz presente. Por fim, apresenta-se as dificuldades que podem surgir no acolhimento institucional e como estas interferem na relação entre o cuidador e o bebê acolhido. Demonstra-se necessário oferecer espaços de acompanhamento do cuidador, de modo a auxiliar na sustentação das funções constituintes e, assim, possibilitar um cuidado que transcenda o corpo e aposte no sujeito.

Palavras-chave: bebê; subjetivação; acolhimento institucional; funções constituintes.

La sustitución de las funciones constitutivas en el proceso de subjetivación de bebés en acogimiento institucional

Resumen. Este estudio de revisión teórica busca reflexionar sobre la subjetivación de los bebés en el acogimiento institucional y discutir el sostenimiento de las funciones constitutivas por parte del cuidador. Inicialmente, se realiza una contextualización histórica de la atención a la infancia en Brasil, destacando su enfoque asistencialista e institucionalizante. A continuación, se analiza la subjetivación del bebé y la importancia de las funciones constitutivas en este proceso, señalando los riesgos que pueden surgir cuando este vínculo no está presente. Finalmente, se presentan las dificultades que pueden surgir en el acogimiento institucional y cómo estas afectan la relación entre el cuidador y el bebé acogido. Se muestra la necesidad de ofrecer espacios de acompañamiento al cuidador, para sustentar las funciones constitutivas y así posibilitar un cuidado que trascienda el cuerpo y apueste por el sujeto.

Palabras clave: bebé; subjetivación; acogimiento institucional; funciones constitutivas.

* Psicóloga graduada pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, RS, Brasil. E-mail: ketlinmf@hotmail.com

The support of constitutive functions in the process of subjectivation of babies in institutional care

Abstract. This theoretical review study aims to reflect on the subjectivation of babies placed in institutional care and to discuss the support of the constituent functions by the caregiver in this context. Initially, a historical contextualization of child welfare services in Brazil is presented, highlighting its assistentialist and institutionalizing bias. Then, the subjectivation of the baby is discussed, emphasizing the importance of constituent functions in this process, as well as the risks that may arise when this bond is absent. Finally, the study outlines the challenges that may emerge in institutional care and how they interfere with the relationship between the caregiver and the baby. It is essential to create spaces for caregiver support to aid in the sustenance of the constituent functions, thereby enabling a form of care that transcends the physical body and prioritizes the subject.
Keywords: baby; subjectivation; institutional care; constituent functions.

Le soutien des fonctions constitutives dans le processus de subjectivation des bébés en accueil institutionnel

Résumé. Cette étude de revue théorique cherche à réfléchir sur la subjectivation des bébés placés en accueil institutionnel et à discuter du soutien des fonctions constitutives par l'accompagnant de l'accueil. Initialement, une contextualisation historique de l'accueil des enfants au Brésil est réalisée, mettant en lumière son aspect assistencial et institutionnalisant. Ensuite, il est question de la subjectivation des bébés et de l'importance des fonctions constitutives dans ce processus, en soulignant les risques qui peuvent surgir lorsque ce lien est absent. Enfin, les difficultés pouvant surgir dans l'accueil institutionnel sont présentées et leur influence sur la relation entre l'accompagnant et les bébés accueillis est discutée. Il est démontré qu'il est nécessaire de fournir des espaces de suivi pour l'accompagnant, afin d'aider à soutenir les fonctions constitutives et, ainsi, permettre un soin qui transcende le corps et mise sur le sujet.
Mots-clés: bébés; subjectivation; accueil institutionnel; fonctions constitutives.

A família, a partir da compreensão social, é quem deveria proporcionar um ambiente de cuidado, acolhimento e proteção para o bebê, possibilitando que este se constitua como sujeito a partir da sustentação e da simbolização de suas produções. Para que essa constituição ocorra, porém, é necessário que um conjunto de significantes lhe seja inscrito, possibilitando a formação de um sujeito do inconsciente (Jerusalinsky, 2002).

Em situações, no entanto, em que os vínculos familiares se encontram fragilizados, o laço familiar não consegue ser sustentado, podendo ocorrer situações que coloquem em risco a integridade física e psíquica do bebê. Com o intuito de proteger o bebê das violações de seus direitos, o acolhimento institucional busca oferecer um lugar de suporte às suas demandas orgânicas e psíquicas, no qual o cuidador da instituição passaria a cumprir as funções constituintes para com o bebê temporariamente. Nem sempre, porém, essa função é integralizada pelo cuidador, que se depara com problemáticas advindas do contexto de acolhimento institucional que interferem em sua relação com o acolhido, podendo colocar em risco a constituição psíquica do bebê inserido nesse contexto.

Contextualização histórica das políticas de acolhimento e proteção à criança no Brasil

O acolhimento institucional, criado no Brasil a partir da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (Brasil, 1990), possui o objetivo de acolher provisoriamente

crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido à violação de seus direitos. Para compreender a importância da criação de tal medida de proteção, torna-se necessário situar historicamente o contexto de abandono e descaso social de crianças que, até tal momento, encontravam-se desprovidas de direitos, além de buscar entender o caráter assistencialista que era atribuído às instituições que anteriormente acolhiam crianças e bebês e que, por vezes, ainda se apresenta nas instituições atuais (Rizzini & Rizzini, 2004).

Segundo Marcílio (2016), uma das primeiras instituições de acolhimento no Brasil surgiu a partir do crescente número de bebês abandonados nas ruas durante o século 18. Por não serem assistidos por instituições especializadas, muitos acabavam acolhidos por famílias substitutas com o objetivo de atuarem, posteriormente, como mão de obra familiar. Conforme salienta a autora (2016, p. 52),

Raramente as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados. Alegavam quase todas falta de recursos. Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que a escrava.

Com isso, foi instaurada, juntamente com a Santa Casa de Misericórdia, a primeira Roda dos Expostos no Brasil. O seu funcionamento consistia em uma abertura cilíndrica presente na parte externa da instituição, na qual o bebê era colocado e, após ter o mecanismo girado, permanecia na parte de dentro, garantindo o sigilo daquele que o abandonasse. Marcílio (2016) destaca que a roda dos expostos tinha objetivo missionário, posto que operava a partir de um ideal religioso revestido por um sentimento de compaixão e caridade, o que incumbia à instituição um caráter assistencialista (Rizzini & Rizzini, 2004).

Ainda, a grande maioria dos bebês que era entregue à instituição não conseguia chegar à idade adulta. Junto com o aumento da taxa de mortalidade desses bebês, levantava-se a questão de que tal mecanismo fomentava ainda mais o abandono de bebês e crianças, o que motivou o início de ações contrárias à roda dos expostos (Rizzini & Rizzini, 2004).

A partir do século 19, as instituições passaram a instruir a formação profissional de crianças acolhidas, não mais atuando a partir de um viés totalmente religioso. Com a instalação das Casas de Educandos Artífices pelo país, o governo passou a encaminhar meninos pobres para desenvolverem o trabalho manual. Durante esse período também foi criada a Companhia de Aprendizes Marinheiros, que recrutava meninos recolhidos das ruas para receber treinamento militar. Segundo dados da época, o número de meninos enviados a navios de guerra foi maior que o de homens recrutados e voluntários. A intenção, na época, era realizar uma “limpeza” nas ruas das capitais brasileiras, encaminhando crianças abandonadas para a exploração de sua mão de obra (Rizzini & Rizzini, 2004).

Já as instituições de acolhimento de meninas continuavam a atuar a partir de um caráter religioso e conventual, expresso no controle de contato com o mundo exterior e de vestimenta. Nesse contexto, a educação de meninas envolvia os trabalhos domésticos e a formação religiosa e moral, e sua saída da instituição apenas ocorria após o casamento (Rizzini & Rizzini, 2004).

Foi somente no século 20, conforme aponta Rizzini e Rizzini (2004), que o atendimento a crianças abandonadas passou por mudanças significativas, surgidas a partir da ação normativa do Estado e da organização da assistência à infância no país. Os poderes públicos passaram a cobrar a centralização da assistência por parte dos meios especializados, acusados de atuar a

partir de uma “caridade oficial”, sem apresentar uma orientação unificada e sem encaixar-se nos moldes recomendados pelos avanços das ciências. Assim, com a extinção da roda dos expostos, abriu-se espaço para maior planejamento e criação de políticas de atendimento às crianças e adolescentes por parte do Estado, incluindo aquelas em situação de abandono.

É durante esse contexto que surge a movimentação para a criação de leis para a proteção e a assistência da infância e da juventude, culminando no primeiro Juízo de Menores e na aprovação do Código de Menores em 1927, por Mello Mattos. Tal órgão atuou a partir de funções relacionadas à vigilância, regulamentação, intervenção e, especialmente, à internação de crianças em situação de abandono e delinquência. Isso culminou em um grande aumento de demanda para internação de crianças, impossibilitando que o sistema conseguisse se sustentar (Rizzini & Rizzini, 2004).

A partir disso, conforme destacam Rizzini e Rizzini (2004), criou-se, em 1941, o Serviço de Assistência a Menores (SAM), cujo objetivo era centralizar a assistência e direcionar à criança e à família os problemas e dificuldades das instituições. Durante esse período, as crianças costumavam ser entregues às instituições de acolhimento pelas próprias famílias ou, então, eram acolhidas após iniciativa própria. Dentre as principais motivações evidenciava-se a questão da extrema pobreza no contexto familiar, quando buscavam na instituição encontrar um meio para o atendimento das necessidades básicas. Estas crianças eram comumente encaminhadas para escolas agrícolas, com o objetivo de iniciar suas atividades laborais (Rizzini & Rizzini, 2004). Tais dados ressaltam o caráter assistencialista e exploratório presentes nas instituições de internato da época, que buscavam prover o saneamento das necessidades básicas das crianças e, posteriormente, explorar a sua mão de obra.

Assim, a partir da necessidade de substituir o SAM, criou-se a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) em 1964, período marcado pelo início da ditadura militar no Brasil. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), crianças que viviam nas ruas durante esse período político causavam temor e insegurança à população, o que ocasionava sua retirada das cidades e encaminhamento para instituições. A política de internação, nesse contexto, tinha o objetivo de “organizar” as cidades, tirando das ruas crianças que, em sua maioria, procediam de locais de extrema pobreza. Como forma de punição a esses sujeitos que eram vistos como indesejáveis, a internação ocorria em instituições afastadas dos centros sociais, de modo a desarticular o vínculo da criança com a família e a comunidade.

As discussões acerca da cultura institucional, claramente vigente no país, começaram a surgir na década de 1980. A reclusão de crianças e adolescentes, empreendida no período da ditadura militar, passou a ser questionada, assim como sua eficácia. Com isso, a internação passou a ser vista como uma prática que limitava as perspectivas de desenvolvimento da criança e que a afastava do convívio familiar e comunitário.

Dessa forma, com o processo de redemocratização política e a pressão social para que instituições de internamento fossem fechadas, novos movimentos em defesa da criança foram surgindo, de modo a contribuir para o processo de criação da Lei nº 8.069 em 1990 (Brasil, 1990), conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que substituiu o Código de Menores e passou a instituir importantes mudanças em relação aos direitos da criança (Rizzini e Rizzini, 2004).

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), dentre tais mudanças foi criado, como forma de substituir os internatos, o acolhimento institucional, uma medida de proteção que atua a partir de um caráter provisório e excepcional que busca acolher bebês, crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco físico, social e psicológico no contexto familiar.

Segundo o documento de “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, regulamentado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (2009), o afastamento da criança do contexto familiar deve ocorrer apenas em situações excepcionais que envolvam grave risco à sua integridade física e psíquica, sendo necessário realizar, em tais situações, seu encaminhamento temporário para o serviço de acolhimento. O ECA (Brasil, 1990) destaca que os cuidados oferecidos devem atuar como uma forma de transição para o retorno da criança à família de origem, ou, então, o seu encaminhamento para uma família substituta, de modo a preservar o vínculo e a convivência familiar e comunitária, garantindo o desenvolvimento integral e o melhor interesse da criança ou adolescente.

Ainda, o ECA (Brasil, 1990) prevê que a permanência no acolhimento institucional não deve ser prolongada por mais de dois anos, exceto por necessidades específicas e singulares. A prática revela, no entanto, que nem sempre isso se torna possível. Queiroz e Brito (2013) asseveram que, muitas vezes, o processo para que a situação da criança no acolhimento seja avaliada e definida torna-se demasiadamente longo, o que acaba ocasionando em seu envelhecimento na instituição e dificultando ainda mais uma possível adoção, uma vez que a grande maioria das famílias busca por crianças de menor idade.

Rizzini e Rizzini (2004) destacam que o acolhimento institucional apresenta problemáticas que dificultam seu funcionamento, tais como a superlotação, a grande rotatividade, a reincidência dos acolhidos e a pouca continuidade no atendimento e auxílio direcionados à criança na instituição. Tais questões demonstram que o acolhimento nem sempre consegue proporcionar as melhorias que seriam esperadas no contexto dos acolhidos e de suas famílias.

Cabe ressaltar que, apesar de algumas décadas terem se passado desde a pesquisa das supramencionadas autoras, muitas de suas discussões ainda mostram-se atuais nos contextos de acolhimento. Parra, Oliveira e Maturana (2019) evidenciam que a concepção de acolhimento institucional reproduz, ainda nos dias de hoje, características próprias de instituições totais, tais como prisões, manicômios, colégios internos, entre outros. Assim, ao mesmo tempo em que a instituição de acolhimento pode proporcionar um ambiente protetivo ao bebê que passou por alguma violação de direitos, também pode contribuir para que ele fique suscetível a riscos no seu processo de desenvolvimento.

Para refletir acerca dos riscos que podem se apresentar ao bebê quando este não encontra referência de cuidado afetivo no acolhimento institucional, antes torna-se necessário compreender o seu processo de constituição psíquica e a importância da existência de uma pessoa de referência que lhe ofereça os cuidados afetivos nesse primeiro tempo de vida.

A constituição psíquica do bebê e as funções constituintes da subjetividade

A partir do momento em que nasce, o bebê encontra-se em desamparo absoluto, demandando cuidados e atenção constantes de um Outro. Para lhe dar suporte, aqueles que se ocupam de seus cuidados buscam suprir suas necessidades, tendo em vista que o desamparo do bebê não se encontra apenas em um plano orgânico, mas, também e especialmente, em um plano simbólico (Jerusalinsky, 2009). Quem busca dar sentido e enlaçar o bebê na ordem simbólica é, conforme nomeia Lacan (2005), o Outro primordial, função ocupada por aquele que não apenas supre suas necessidades vitais, mas igualmente o insere no campo simbólico e da linguagem.

A personificação do Outro primordial é apontada por Lacan (2005) como sendo a mãe, ou, então, alguém que exerça a função materna. Conforme salienta Iaconelli (2023), o termo materno traduz-se comumente por um cuidado associado à figura feminina, mesmo quando se trata de um papel desempenhado pelo sexo masculino. Os termos “figura materna” e “figura paterna” são usados na psicanálise para designar a condição de quem cuida e, apesar de não estarem relacionados à condição de filiação, ainda assim são compreendidos a partir dos significantes de mãe e pai, tal como o termo “funções parentais”, que condiciona a relação de parentesco como necessária.

Consoante Iaconelli (2023), muitas vezes a função de cuidado é exercida por outras pessoas independente do vínculo biológico com o bebê, além de não estar relacionada necessariamente à figura feminina. Para desvencilhar tais representações da função de quem se ocupa dos cuidados do bebê, a autora propõe o termo “funções constituintes da subjetividade”, de modo a abranger não apenas o cuidador que irá ocupar a função de Outro nos primórdios da constituição psíquica, mas também a entrada, posteriormente, de um terceiro nessa relação, que irá possibilitar que o bebê alcance a independência subjetiva e social e, a partir disso, possa reivindicar seu pertencimento como cidadão.

Além disso, ao propor tal terminologia, Iaconelli (2023) busca contornar a ideia de que o Outro que irá auxiliar o bebê a constituir-se como sujeito pressupõe um parentesco, um gênero e uma orientação sexual específica. Logo, compreender a amplitude das formas de parentalidade possibilita desvencilhar-se da ideia de heteronormatividade, contemplando as demais formas de construções familiares.

Tal ideia, apresentada por Iaconelli (2023), possibilita compreender o acolhimento institucional como uma destas construções, posto que, a partir do momento em que os cuidadores do acolhimento buscam sustentar as demandas do bebê, estes podem vir a exercer as funções constituintes. Para que tal processo de constituição psíquica ocorra, todavia, é necessária uma série de sanções simbólicas que deverão se estabelecer entre aquele que se nomeia cuidador e o bebê.

Além disso, as funções constituintes não são compreendidas como algo natural advindo da figura feminina, e a relação entre tais funções e o bebê não possui efeito instintivo (Jerusalinsky, 2009). O laço cuidador-bebê irá estabelecer-se a partir de um processo de investimento afetivo que requer continuidade e comprometimento daquele que cuida (Iaconelli, 2023). Por meio da construção desse laço o bebê conseguirá produzir respostas no decorrer de sua constituição.

Segundo Freud (1895/1996), o bebê precisa de um cuidador que lhe ofereça o que o autor nomeia de *ajuda alheia*, ou seja, alguém que busque satisfazer suas necessidades a partir de uma ação específica. Tal ação é realizada a partir de um efeito interpretativo, isto é, ao invés de descrever os comportamentos do bebê apenas como produções corporais, o cuidador os interpreta como algo que está sendo demandado pelo bebê, atribuindo sentido às suas manifestações e realizando uma ação que irá amenizar seu desconforto, produzindo, assim, uma experiência de satisfação.

Logo, aquele que direciona os cuidados ao bebê escuta seus apelos como uma demanda que lhe está sendo dirigida. O cuidador, então, nomeia essa demanda como algo que o bebê necessita naquele momento e busca realizar uma ação específica que irá satisfazer tal demanda, produzindo as primeiras marcas simbólicas no seu psiquismo. Desse modo, pode-se afirmar que o bebê, nesse primeiro tempo, se sustenta a partir dos significantes atribuídos por um Outro (Jerusalinsky, 2002).

Além disso, ao interpretar as produções corporais do bebê como uma demanda que precisa ser atendida, quem exerce as funções constituintes produz uma antecipação, ou seja, o olhar e a palavra do Outro antecipam as produções do bebê e, a partir disso, oferecem a ele recursos para sua satisfação. A produção da antecipação pressupõe que o Outro consiga sustentar o bebê e criar expectativas para que ele consiga realizar novas produções (Jerusalinsky, 2002).

No entendimento de Jerusalinsky (2002), enquanto de um lado deve existir um Outro que antecipa as produções do bebê, do outro é necessário um bebê que responda a tais produções por intermédio da precipitação, isto é, o bebê deve lançar-se a este espaço enquanto é sustentado pela antecipação do Outro. Aquele que exerce as funções constituintes deve oferecer um espaço para que essa produção ocorra, possibilitando que o bebê, ao se precipitar, se lance a uma realização.

Assim, entende-se que o bebê não é situado no circuito pulsional a partir de uma passividade. Não basta a existência de um ambiente que antecipe suas funções; é necessário que o bebê produza a partir do Outro e que ele se implique no gesto que o convoca. Quando tal operação ocorre, o bebê deixa de ser apenas um organismo e nele se produz um sujeito que dá lugar ao seu exercício desejante (Jerusalinsky, 2002).

Além disso, Jerusalinsky (2002) afirma que o modo como o bebê é situado pelo Outro também produz particularidades no funcionamento das suas funções orgânicas, posto que as marcas simbólicas produzidas pelo Outro concebem desdobramentos no funcionamento do organismo do bebê. Acerca da maturação neurológica, a autora aponta a existência de um tempo cronológico em que o organismo se apresenta mais receptivo à inscrição de novas aquisições orgânicas, estabelecendo um limite para que se produza o funcionamento de determinadas funções, tais como a motricidade e a linguagem.

A existência, no entanto, de um limite no tempo cronológico para a maturação neurológica não produz, por si só, as aquisições do bebê, uma vez que o desenvolvimento implica outras dimensões além da neuronal, tal como a dimensão simbólica. Para que o bebê possa adquirir as realizações esperadas para a sua idade, é preciso que ele esteja inserido no circuito de desejo e demanda do Outro (Jerusalinsky, 2002).

Levin (1990/1995) destaca que a psicomotricidade é atravessada por uma ordem simbólica, isto é, pela linguagem. Isso possibilita compreender o corpo, os movimentos, o tônus e as demais produções motoras, como o dizer corporal do sujeito, que não é apenas olhado, mas, da mesma forma, falado. Assim, por meio da experiência psicomotora igualmente opera o discurso inconsciente do sujeito.

A partir disso, percebe-se que a atuação do aparelho biológico e a satisfação das necessidades fisiológicas não são suficientes para um indivíduo se constituir como sujeito. É preciso que um Outro esteja disposto a sustentar a inscrição de um conjunto de significantes cada vez mais complexos no bebê, situando-o a uma satisfação que irá lançá-lo ao exercício desejante (Jerusalinsky, 2002). Tais inscrições simbólicas também produzirão efeitos em sua psicomotricidade e linguagem, pois “o corpo, para ser e por ser humano, depende para sua subsistência de um Outro” (Levin, 1990/1995, p. 51).

Jerusalinsky (2002) destaca que quando o bebê não encontra esta referência de cuidado, não existirá a possibilidade de este ser antecipado e entendido como um sujeito, o que produzirá desdobramentos na constituição psíquica e, conseqüentemente, nas demais áreas do desenvolvimento.

Tais desdobramentos podem apresentar-se a partir de sintomas produzidos pelo bebê, em que este poderá expressar seu sofrimento mediante manifestações corporais e a realização de

suas produções. Dessa forma, entende-se que o bebê expressa seu sintoma por intermédio de um dado a ver, ou seja, ele os coloca em cena por meio das suas organizações corporais, manifestando que algo não vai bem em sua constituição (Jerusalinsky, 2009).

No contexto de acolhimento institucional é possível que o sintoma dado a ver seja produzido pelo bebê quando este não encontra um cuidador de referência que se ocupe em responder suas demandas, o que irá impossibilitar que as produções atribuídas a quem exerce as funções constituintes ocorram da maneira esperada. Com isso, o bebê não receberá a antecipação necessária para a sua constituição e não alcançará as novas produções e aquisições que seriam esperadas para o seu desenvolvimento, o que coloca em risco sua constituição subjetiva e orgânica (Jerusalinsky, 2002).

O exercício das funções constituintes no acolhimento institucional

Em um contexto de acolhimento institucional, entende-se que o cuidador ocupar-se-á em atender às necessidades dos bebês e demais crianças acolhidas. Ao compreender que a constituição subjetiva ocorre a partir de um laço que requer continuidade e investimento afetivo, pressupõe-se que os cuidadores do acolhimento ofereçam tais condições ao bebê que está em constituição. Estes, então, passam a ocupar as funções constituintes, sustentando temporariamente o processo de constituição subjetiva do bebê.

Conforme exposto, a antecipação ocorre quando um Outro atribui sentido às manifestações do bebê (Jerusalinsky, 2002). Para, no entanto, que haja a interpretação das suas produções e para que este seja inscrito no campo de significantes, é necessário que o bebê seja, de fato, escutado. Não basta apenas sustentar suas funções fisiológicas; é preciso, também, que seja lhe oferecido um espaço no qual ele consiga ser investido e desejado.

Essa é uma questão que não se encontra restrita ao acolhimento, posto que o bebê tende a circular por diferentes contextos que, por vezes, exigem que as funções constituintes sejam encarnadas por outros que o cuidam. Nesse sentido, Mariotto (2003) traz a discussão da função do profissional da educação que, muitas vezes, exerce e sustenta temporariamente as funções constituintes para o bebê na creche. A autora destaca que dentre as atribuições do educador estão inseridos os cuidados básicos, a oferta de um ambiente que estimule o desenvolvimento e um lugar que possibilite as trocas afetivas. Para além de tais funções que são essenciais para a constituição do bebê, porém, o educador igualmente atua enquanto elemento simbólico para a sua constituição psíquica, o que configura à instituição educacional um lugar instituinte para o bebê.

Ainda que diferenças se apresentem entre as instituições e seus papéis, o acolhimento institucional da mesma forma busca possibilitar um ambiente de estimulação ao desenvolvimento e que ofereça os cuidados básicos e afetivos ao bebê. Acerca de sua atuação como elemento simbólico para a criança, esta deve ser considerada de forma ainda mais enfatizada, uma vez que o acolhimento passa a representar para o bebê não apenas um lugar que lhe educa, mas que lhe insere em um contexto de cuidado e atenção semelhante, muitas vezes, a do ambiente familiar, do qual a criança encontra-se privada naquele momento. Desse modo, as relações afetivas e simbólicas necessárias ao bebê tornam-se ainda mais importantes no acolhimento institucional, posto que os cuidadores podem se tornar a principal referência de cuidado para a criança. Logo, a instituição de acolhimento, de forma semelhante à creche, passa

a atuar não apenas a partir da questão social, psicológica e de saúde, mas também da subjetiva (Mariotto, 2003).

Jerusalinsky (2002) salienta que a realização do bebê somente poderá ocorrer quando esta for antecipada por um Outro. Quando, no entanto, a partir do exercício das funções constituintes não se produz nenhuma antecipação que imagine o bebê como sendo capaz de elaborar novas realizações, este irá carecer das experimentações que são fundamentais para alcançar novas produções. Por conseguinte, quando as funções constituintes não são encarnadas pelos cuidadores, o bebê não encontra a referência simbólica para sua constituição.

Santos e Villachan-Lyra (2024) dissertam acerca da dificuldade da construção de um vínculo afetivo estável no acolhimento institucional devido, muitas vezes, ao grande número de crianças acolhidas, tendo em vista que para se estabelecer um vínculo afetivo é necessário disponibilidade e tempo para que sejam realizados os cuidados individuais e direcionados, aspectos que nem sempre os cuidadores dispõem no ambiente coletivo da instituição. Além disso, Tomás (2010) destaca que outra problemática que dificulta o estabelecimento de vínculos afetivos é a alta rotatividade de cuidadores do acolhimento, que pode ser compreendida pela falta de capacitação para desempenhar a função exigida e por conta da própria característica do trabalho, que pode fazer emergir questões subjetivas dos cuidadores, dificultando o estabelecimento de uma relação afetiva com as crianças acolhidas.

Dentre os serviços exigidos para a realização do trabalho de cuidador no acolhimento, as Orientações Técnicas (Conanda & CNAS, 2009) ressaltam a necessidade de desenvolver tarefas de rotina diárias e de proporcionar os cuidados básicos dos acolhidos, tais como alimentação, higiene pessoal de bebês e crianças, acompanhamento em serviços de saúde e escola, além de providenciar a organização do ambiente físico e social do espaço de acolhimento. Tais funções, ainda que importantes para a manutenção da convivência diária, muitas vezes acabam desencadeando um cuidado mecanizado e assistencialista, especialmente quando direcionado aos bebês.

Para além dos cuidados básicos, é necessário que o cuidador esteja disponível afetivamente para o bebê, possibilitando sua escuta e antecipação. A partir da sustentação desse laço, o bebê poderá desenvolver suas novas produções, colocando-se em uma relação ativa diante do Outro (Jerusalinsky, 2009).

Quando, no entanto, esse laço acaba não sendo sustentado e uma dificuldade apresenta-se na relação entre o bebê e aquele que deveria ocupar-se de seus cuidados, o bebê pode expressar seu sofrimento por meio das manifestações de sintomas precoces (Silva, Silva, Frizzo & Donelli, 2018). Tais sintomas podem apresentar-se no primeiro tempo de vida por intermédio de produções relacionadas ao sono, à alimentação, à digestão, ao comportamento, à respiração e a manifestações na pele (Pinto, 2004).

Jerusalinsky (2002) salienta que os sintomas que aparecem no bebê possuem sua representação sustentada por aqueles que ocupam as funções constituintes. Entende-se que o bebê não se encontra em uma posição que o possibilite operar suas próprias respostas simbólicas, mas, sim, de estar em total alienação à simbolização produzida pelo Outro. Logo, o bebê encontra-se alienado, inicialmente, não apenas ao desejo do Outro, mas também aos seus sintomas. Assim, o sintoma que se estabelece no bebê não é ainda um sintoma produzido por ele enquanto sujeito, mas por aquele que ocupa a função de Outro primordial, tratando-se, então, de uma escolha assujeitada do bebê.

Acerca de tais questões, Spitz (1961/1998) realiza importantes contribuições através de sua experiência com bebês inseridos no contexto de acolhimento institucional, acompanhados

durante o primeiro ano de vida. Através de seu estudo, o autor pontua que os bebês que se encontram privados de uma relação afetiva por um longo período tendem a apresentar quadros patológicos graves, como a depressão anaclítica e o hospitalismo, manifestando sintomas que colocam em risco o desenvolvimento do bebê.

Além disso, Spitz (1961/1998) afirma que o fato de o bebê estar inserido no acolhimento institucional não teria, por si só, efeitos em seu desenvolvimento, posto que o fator que põe em risco a constituição do bebê é a ausência de cuidados afetivos. Assim, entende-se que quando os cuidadores do acolhimento direcionam os cuidados para o bebê para além das necessidades orgânicas, estes podem vir a ocupar as funções constituintes, possibilitando a inserção do bebê na linguagem e no mundo simbólico.

Tomás (2010), por sua vez, revela que, apesar da importância de se estabelecer um vínculo afetivo entre cuidadores e crianças, este ainda mostra-se difícil, uma vez que a qualquer instante pode vir a ser rompido. A pesquisa da autora com cuidadoras em uma instituição de acolhimento demonstrou que muitas destas possuem receio em se envolver afetivamente com as crianças acolhidas devido ao sofrimento que o rompimento desse vínculo causa.

Além disso, Medeiros e Martins (2018) destacam a complexidade que perpassa o trabalho destes profissionais, considerando que, muitas vezes, apesar de buscarem desenvolver uma relação afetiva – o que é esperado tendo em vista que suas funções são direcionadas ao cuidado com outras pessoas –, também se apresenta a questão de que tais atividades são vinculadas a uma condição de trabalho que exige um fazer técnico e um profissionalismo daquele que realiza os cuidados. Discussão semelhante foi realizada por Mariotto (2009) acerca dos educadores no ambiente escolar infantil. Segundo a autora, a escola oferece uma transmissão social e coletiva das marcas simbólicas, mas, diferente da relação familiar, o profissional possui como balizadores da função o salário e a carga horária preestabelecidos, tal como os cuidadores da instituição de acolhimento.

Ainda, Mariotto (2003) destaca que, muitas vezes, os educadores infantis confrontam-se com o impasse de ocupar ou não o lugar da figura parental das crianças que cuidam, tendo em vista que a função de educar não é a única desempenhada por eles. Isso pode ocasionar uma dificuldade no estabelecimento de vínculo em razão do receio do profissional em ocupar o lugar de substituto da função parental, podendo, muitas vezes, fazer com o que os cuidados direcionados às crianças sejam feitos sem continuidade e atenção individualizada (Mariotto, 2009). Tal problemática assemelha-se com aquela encontrada nos cuidadores do acolhimento institucional, tal como salienta Tomás (2010), quando os profissionais demonstravam, muitas vezes, não compreender claramente qual seria sua função dentro do acolhimento, por efeito do conflito que se apresentava entre desempenhar a função parental e o papel profissional, podendo resultar em cuidados indiscriminados e com pouco vínculo afetivo para com o bebê.

Tomás (2010) ainda ressalta que um dos fatores que se apresenta como motivador de tais impasses é o desamparo do cuidador devido à falta de capacitação e formação para desempenhar tal função. Muitos desses profissionais chegam ao acolhimento sem ter conhecimento daquilo que os espera, o que corrobora a dificuldade do estabelecimento de vínculo afetivo entre cuidador e criança acolhida e o aumento de rotatividade de profissionais nesse contexto.

Com base nas Orientações Técnicas (Conanda & CNAS, 2009), o acompanhamento e a capacitação dos cuidadores são indispensáveis, posto que a complexidade da função necessita de um conhecimento técnico adequado. Percebe-se, no entanto, que tal exigência, muitas vezes, acaba não sendo cumprida, o que demonstra uma certa fragilidade das normativas jurídicas na

garantia de direitos às crianças, que deveriam receber um cuidado adequado no contexto de acolhimento.

Além disso, cabe evidenciar que, ainda que uma formação técnica seja indicada para os cuidadores, pouco é ressaltado acerca da necessidade de acompanhamento e escuta desses profissionais que, para além de conhecimentos formativos, deveriam receber um espaço de acolhimento emocional.

Winnicott (1971/2020) descreve que aquele que cuida do bebê deve se adaptar às suas necessidades e, para que isso ocorra de forma satisfatória, necessita dedicar-se por completo aos cuidados do bebê. Esse processo não é algo que pode ser realizado por meio de conhecimentos técnicos, pois exige uma posição especial que o cuidador deve ocupar.

Ainda, o autor destaca que nem sempre aquele que cuida do bebê consegue colocar-se nessa posição, tendo em vista a exigência que esse lugar convoca ao cuidador. Nesse sentido, torna-se necessário contar com o auxílio e apoio de terceiros para providenciar aquilo que o bebê necessita. Pensando no contexto de acolhimento institucional, nota-se que esse suporte é pouco direcionado aos cuidadores que apresentam dificuldades em sustentar suas funções, deixando tanto o cuidador quanto o bebê em uma posição de desamparo emocional.

Entende-se que tais fatores auxiliam para que o cuidador não consiga exercer o cuidado direcionado e afetivo que é essencial na infância, especialmente no primeiro tempo de vida. Este impasse acaba ocasionando não apenas uma maior dificuldade por parte desses profissionais em desempenhar as funções constituintes, mas também para o bebê que está acolhido na instituição e não encontra alguém de referência que exerça, para ele, essas funções.

O que se mostra necessário no contexto de acolhimento institucional é não apenas a oferta de uma formação contínua dos profissionais que atuam nos cuidados dos acolhidos, mas, do mesmo modo, a disponibilidade de espaços de escuta para esses profissionais, de modo a incentivar o compartilhamento de suas angústias e de empecilhos que surgem no fazer profissional de cuidador. Conforme Dunker e Thebas (2019, p. 29), “Trazer e escutar as pessoas para fora de si, para fora de suas identidades, para mais além de suas próprias imagens e ficções sobre si mesmas é o que faz da arte da escuta uma forma de transformação e de cura”. Com isso, entende-se que quando o profissional pode contar com um espaço que o acolha, este pode vir a atuar com maior disponibilidade emocional no ambiente de acolhimento, possibilitando, mais facilmente, o estabelecimento de vínculos entre o cuidador e o acolhido.

Nesse sentido, ao contar com um ambiente de cuidado e escuta às suas questões subjetivas, o cuidador pode se apresentar com uma maior disponibilidade emocional ao bebê acolhido e, então, direcionar o olhar às suas manifestações e observar possíveis inquietações produzidas por esse bebê. Nogara (2011) enfatiza a importância de o cuidador ocupar, em alguns momentos, o lugar de não saber ante ao bebê, ou seja, de não interpretar suas manifestações de forma mecanizada. Com isso, o cuidador abre espaço para que o bebê possa surgir e aparecer na relação, deixando-o falar por si só. Ao escutar o bebê e estar atento às suas produções, o cuidador passará a exercer as funções constituintes e poderá observar situações que colocam o processo de subjetivação em risco, possibilitando, assim, que intervenções sejam realizadas nesse sentido de modo a auxiliar para a retomada desse processo.

Considerações finais

A partir das elaborações apresentadas, foi possível observar que em um momento anterior à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o atendimento a crianças em situação de abandono e negligência era faltoso e precário. Ainda que diversas instituições tenham surgido durante a história do país com o objetivo de acolher tais sujeitos, a sua grande maioria não conseguia garantir os direitos básicos às crianças, como a convivência familiar e comunitária (Rizzini & Rizzini, 2004). Sustentadas a partir de um viés religioso e com ideais de caridade e compaixão, as instituições atuavam de forma assistencialista com bebês acolhidos.

O atendimento negligente e faltoso do Estado perante a criança foi teoricamente dissolvido a partir do novo conjunto de leis do ECA. Foi observado, no entanto, que, na prática, as instituições de acolhimento ainda guardam resquícios advindos de períodos sociopolíticos anteriores, direcionando, muitas vezes, cuidados assistencialistas aos bebês na instituição.

O processo de constituição de um bebê requer um trabalho psíquico, exercido não somente por ele e por meio da passagem do tempo cronológico, mas, também e especialmente, por alguém que exerça as funções constituintes. Tal processo torna-se dificultoso no contexto de acolhimento, considerando-se que, muitas vezes, dificuldades se apresentam no estabelecimento de vínculos afetivos entre cuidadores e acolhidos, sendo suas causas variadas tanto em questões de afazeres de trabalho do cuidador quanto de dificuldades advindas da própria subjetividade do profissional, que carece de um ambiente de escuta e acolhimento na instituição.

A partir disso, percebe-se que, algumas vezes, um sofrimento dual pode se apresentar nas instituições de acolhimento, advindo tanto do cuidador, que não consegue exercer sua função da forma esperada devido a resistências subjetivas e do próprio trabalho, quanto do bebê, que carece dos cuidados simbólicos e instituintes essenciais para sua constituição como sujeito.

Freud (1914/2010) destaca que o amor possibilita que o sujeito não adoça, mas, quando a frustração se apresenta em uma relação, o ato de amar torna-se insustentável, causando o adoecimento daqueles que não o sentem. Nesse sentido, é necessária a construção de espaços que não apenas contribuam para a formação técnica dos profissionais cuidadores, mas, também, que possibilitem a escuta de suas questões subjetivas e de suas demandas. Mediante a disponibilidade desses espaços, o bebê pode vir a ser acolhido em suas particularidades e o cuidador do acolhimento pode sustentar o exercício das funções constituintes, concedendo maior atenção às produções do bebê e aos possíveis riscos que podem surgir no contexto de acolhimento, possibilitando, então, a continuidade do seu processo de subjetivação por intermédio de uma relação de amor e afeto.

Referências

- Brasil. (1990). *Lei n° 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 de julho de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Conanda & CNAS. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, & Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF.

- Dunker, C., & Thebas, C. (2019). *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-50) São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-74). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 212-305). Rio Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Iaconelli, V. (2023) *Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jerusalinsky, J. (2009). *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15847>.
- Jerusalinsky, J. (2002). *Enquanto o futuro não vem: A psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. Salvador: Ágalma.
- Lacan, J. (2005). Introdução à estrutura da angústia. In J. Lacan, *O seminário, livro 10: a angústia* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).
- Levin, E. (1995). O corpo e o Outro. In E. Levin, *A clínica psicomotora: o corpo na linguagem* (2a ed., J. Jerusalinsky, trad., pp. 45-77). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marcílio, M. L. (2016). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In M. C. de Freitas (Org.). *História social da infância no Brasil* (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Mariotto, R. M. M. (2003). Atender, cuidar e prevenir: a creche, a educação e a psicanálise. *Estilos da Clínica*, 8(15), 34-47. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v8i15p34-47>
- Mariotto, R. M. M. (2009). *Cuidar, Educar e Prevenir: as funções da creche na subjetivação de bebês*. São Paulo: Escuta.
- Medeiros, B. C. D. de, & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: ciência e profissão*, 38(1). 74-87. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002882017>
- Nogara, L. (2011). O que podemos prevenir no atendimento institucional de bebês. In F. Nogueira (Org.) *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos* (pp. 105-116). São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Parra, A. C. de O., Oliveira, J. A., & Maturana, A. P. M. (2019). O Paradoxo da Institucionalização Infantil: Proteção ou Risco?. *Psicologia em Revista*, 25(1), 155-175. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p155-175>.
- Pinto, E. B. (2004). Os sintomas psicofuncionais e as consultas terapêuticas pais/bebê. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 451-457. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300007>

- Queiroz, A. C. A, & Brito, L. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Textos & Contextos*, 12(1), 55-67. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/13161>
- Rizzini, I, & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Santos, M. C. M. dos, & Villachan-Lyra, P. (2024). Cuidando de bebês no acolhimento institucional: diálogos com a abordagem pikler. In P. Alvarenga, & M. L. Vieira, (Orgs.), *Da parentalidade à distribuição social de cuidados na infância* (pp. 279-296) Curitiba: CRV.
- Silva, H. C. da, Silva, M. R., Frizzo, G. B., & Donelli, T. M. S. (2018). Sintomas psicofuncionais e depressão materna: um estudo qualitativo. *Psico-USF*, 23(1), 59-70. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230106>.
- Spitz, René. (1998). *O primeiro ano de vida*. (E. M. B. da Rocha, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1961).
- Tomás, D. N. (2010). *Conhecendo o perfil mediacional de mães sociais: um estudo sobre as interações em abrigos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia). Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17110>
- Winnicott, D. (2020). *Os bebês e suas mães*. (B. Longhi, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971).

Revisão gramatical: Denise Ana Basso Andrigheto

E-mail: deniseabandrigheto@gmail.com

Recebido em março de 2025 – Aceito em julho de 2025.